

Dívida: a opinião de *externa*

Dois banqueiros importantes dizem que esperam, para o Brasil, uma

Desta vez, o Brasil conseguirá fazer uma renegociação de longo prazo para a sua dívida externa, com a duração de pelo menos cinco anos. A opinião foi manifestada ontem em Brasília pelo presidente do Banco de Montreal (um dos 15 maiores credores do País), William Mulholeand. Ao mesmo tempo, o presidente do banco Société Générale, Jacques Mayoux, declarou-se contrário a uma renegociação conjunta da dívida dos países pobres.

O presidente do Banco de Montreal declarou que uma renegociação frequente, todo ano, como vem ocorrendo, "é absolutamente inadequada".

Depois de um almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, o banqueiro canadense, que participa diretamente do comitê assessor de credores de renegociação da dívida brasileira, explicou que a fixação de um prazo prolongado, já sugerido inclusive pelo FMI, permitiria ao governo um planejamento ordenado tanto do pagamento da dívida como do ajustamento da economia.

Portanto, é algo bom em termos de administração tanto do ponto de vista do banqueiro como do País. Nesse período de cinco anos, haveria revisão na renegociação sempre que houvesse alterações substanciais na economia mundial, como por exemplo uma súbita elevação das taxas de juros.

Ele concorda que o momento pode não ser o mais propício para tal renegociação, já que deverá ser deflagrada às vésperas da sucessão presidencial, mas ainda assim a defende: a sucessão não deve inibir a renegociação nem alterar fundamentalmente os interesses do país devedor. Além disso, a própria comunidade bancária internacional se adaptará rapidamente ao novo governo, disse ele.

Para o presidente do Banco de Montreal, a comunidade financeira internacional não está preocupada com a reunião dos devedores, marcada para ainda este mês, nem acredita em deflagração de moratória generalizada na América Latina. Pessoalmente, Mulholeland vê com a maior simpatia a reunião de Brasil, México, Argentina e Colômbia, até porque servirá como mais um fator de pressão contra a política norte-americana, que mantém elevadas as taxas de juros internacionais.

"Essa reunião é sadia e estimulante, faz sentido os devedores se encontrarem e resolverem uma forma de se defender e solucionar seus problemas", reiterou o banqueiro canadense. No entanto, é importante que os países devedores não se limitem a procurar fórmulas paliativas para suas dívidas externas, e sim procurem atacar os problemas fundamentais que, na sua opinião, são a manutenção do fluxo de empréstimos e investimentos e o fim do protecionismo.

Ele declarou ainda que "está chegando a hora de o presidente do Brasil se sentar à mesa dos países desenvolvidos".

Concretamente, o presidente do Banco de Montreal acha que 15 anos são um prazo muito longo para o Brasil obter para pagar o principal de sua dívida, mas admite um prazo de pelo menos dez anos. Quanto às taxas de juros, reitera que isso independe do banqueiro, porque ela é definida de acordo com a política monetária de cada país. Quanto ao spread (taxa de risco), acha que isso representa muito pouco na renegociação.

Juros

"Os norte-americanos devem modificar com urgência esta política de juros não apenas para que não se inviabilizem programas de estabilização, como o realizado pelo Brasil, mas também para que a desordem financeira não se generalize em prejuízo de toda a economia mundial." A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo presidente do banco Société Générale (credor de US\$ 1,2 bilhão da dívida do País), Jacques Mayoux, que não apóia, porém, a proposta de renegociação conjunta da dívida dos países pobres.

Após audiência, no Planalto, com o presidente João Figueiredo, o banqueiro declarou: "Concordo em que se chame a atenção dos Estados Unidos para o problema dos juros, mas acho que cada país tem que tratar do problema isoladamente, pois cada situação é diferente da outra. Acho que o Brasil, por exemplo, deve contar com a ajuda da comunidade financeira internacional pelo esforço que vem fazendo para equacionar o problema da dívida. Mas este não é o caso de todos os países devedores, alguns dos quais dispõem de reservas e não vêm cumprindo com seus compromissos. Portanto, é uma questão que deve ser vista caso a caso", disse o banqueiro francês, que estava acompanhado pelo investidor do mercado de ações, Naji Nahas.

Jacques Mayoux considera que a questão da alta de juros nos Estados Unidos não é preocupante apenas para o governo brasileiro, pois este fenômeno se reflete na economia da maioria dos países europeus, que são obrigados a transferir para os Estados Unidos uma quantidade maciça de recursos, diminuindo a sua capacidade de investimentos internos, necessários à manutenção do crescimento da economia interna para gerar os empregos requeridos.

Acrescentou que "estamos absolutamente confiantes no futuro da economia brasileira. Temos que ser otimistas em nossas previsões. Para isso contribuem vários fatos, mas temos que destacar o brilho do desempenho da balança comercial do País, que soube conter as importações sem paralisar a economia, ao mesmo tempo em que aplicou significativamente nas exportações e está criando superávits acima das previsões".

negociação com prazos maiores e uma queda nos juros dos EUA.

nossoS credoRes.